

**ROBERTA CARNELOS RESENDE**

**A ERVA-MATE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS NO  
PARANÁ**

**Monografia apresentada como requisito  
parcial à conclusão do Curso de Ciências  
Econômicas do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas da Universidade Federal do  
Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Demian Castro**

**CURITIBA**


**2006**


## TERMO DE APROVAÇÃO

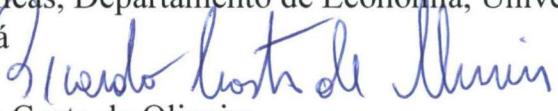
ROBERTA CARNELOS RESENDE

### A ERVA-MATE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS NO PARANÁ

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:   
Profº Dr. Demian Castro  
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade  
Federal do Paraná

Membros:   
Profº Dr. Igor Zanon Constant Carneiro Leão  
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade  
Federal do Paraná

  
Profº Dr. Ricardo Costa de Oliveira  
Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade  
Federal do Paraná

Curitiba, 28 de novembro de 2006

*“O Mate pertence bem à categoria dessas plantas voluptuosas, de que fala Gilberto Freyre, tão próprias para encher de langor os largos meses de ócio deixados ao homem cujo único derivativo era a bebida e o desperdício do tempo nas conversas e rixas de botequim ou de “raia”, onde se davam os desafios em torno das carreiras de cavalos e se batia a cachola”*

*Linhares – História Econômica do Mate.*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>I</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>II</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 SITUAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL NO SÉCULO XIX .....</b>	<b>5</b>
1.1 ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX .....	5
<b>2 ERVA-MATE: DA ORIGEM ATÉ 1853 .....</b>	<b>9</b>
2.1 A SOCIEDADE PARANAENSE DESDE A CHEGADA DO OUVIDOR PARDINHO E SUAS POSTERIORES TRANSFORMAÇÕES .....	10
2.2 A ELABORAÇÃO PRIMITIVA DA ERVA.....	12
2.3 A INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA ERVA DOS ESPECULADORES ESTRANGEIROS.....	14
2.4 O ORDENAMENTO JURÍDICO E ECONÔMICO DA QUINTA COMARCA DE SÃO PAULO.....	15
2.5 AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES E A EMERGÊNCIA ESTRUTURAL .....	17
<b>3 A PRODUÇÃO, O COMÉRCIO E SEUS REGULAMENTOS NA ECONOMIA ERVATEIRA APÓS A EMANCIPAÇÃO DA COMARCA.....</b>	<b>20</b>
3.1 DUALISMO ACERCA DAS REGULAMENTAÇÕES DO COMÉRCIO NA ATIVIDADE ERVATEIRA NO ESTADO DO PARANÁ.....	21
3.2 AS NOVAS TÉCNICAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO E NO BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE.....	23
3.3 A INTENSIFICAÇÃO DO COMÉRCIO ERVATEIRO E SUA CONSEQUENTE INSTABILIDADE .....	25
<b>4 O MATE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>28</b>

4.1 O APARECIMENTO DE UMA “BURGUESIA INDUSTRIAL ERVATEIRA” .....	29
4.2 O MATE E AS INDÚSTRIAS COMPLEMENTARES .....	33
4.3 MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CURITIBA .....	35
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – PREÇO MÉDIO DO ESCRAVO (1843-1887).....	8
QUADRO 1 - SENHORES DE ENGENHO DE ERVA MATE NA DÉCADA DE 1830 .....	19
TABELA 2 - EXPORTAÇÃO DE ERVA CANCHEADA E MATE BENEFICIADO PARA A ARGENTINA , EM TONELADAS.....	22
TABELA 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL EM CURITIBA E PARANÁ, 1854-1920 .....	25
TABELA 4 – COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO DO MATE PARANAENSE .....	27
QUADRO 2 – PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA MATE EM TORNO DA DÉCADA DE 1880.....	32
TABELA 5 – PRINCIPAIS FÁBRICAS E OFICINAS EXISTENTES EM CURITIBA, 1900.....	35

## RESUMO

Esta monografia é uma análise do papel da produção da erva-mate enquanto motor das mudanças econômicas, sociais e culturais, ocorridas nos século XIX e nos primeiros decênios do século XX, mais especificamente do período que se inicia com a emancipação política da Província do Paraná. As mudanças no processo produtivo, as fragilidades do comércio, as diversas regulamentações dessa atividade, a implantação de infra-estrutura de transportes, políticas educacionais, populacionais e culturais, promovidas sobretudo com a ascensão de uma fração burguesa industrial, deixaram suas marcas nas instituições tradicionais do Estado até os dias atuais, podendo ser analisado como um processo civilizatório, serão expostos neste trabalho.

**Palavras-chave:** *economia paranaense, erva-mate, processo civilizatório.*

## INTRODUÇÃO

A erva-mate, embora abundante nas matas nativas, teve importância secundária na economia paranaense anterior ao século XIX, sendo a planta utilizada predominantemente para consumo próprio e pequenas trocas. Alguns eventos históricos relacionam-se diretamente com a transformação da erva em mercadoria de exportação, como também visualizam a posição do mate paranaense no cenário internacional, e em menor grau no Brasil.

O caráter eminentemente exportador do mate paranaense distinguiu-se de outros produtos de exportação do Brasil, pois, seu mercado de maior expressividade foram os países platinos, e não as economias industrializadas.

A atividade de colheita da erva-mate se desenvolveu em praticamente todo o “Paraná Tradicional”, com exceção do litoral, que muito se beneficiou, pois, sendo um produto destinado essencialmente a exportação se constituiu no ponto de saída para o mercado externo.

No litoral, Paranaguá, “devido ao seu movimentado porto, foi o principal centro catalisador e irradiador das novidades chegadas de outros locais” (LEANDRO, 1999, p.1) bem como o maior exportador da congonha. O porto de Antonina, embora de menor expressividade quanto à quantidade de exportação, foi de extrema importância para a economia ervateira no Paraná. Contudo, a falta de vias de comunicação fez-se um grande obstáculo para esta atividade até as últimas décadas do século XIX, quando foi concluída a estrada da Graciosa, e inaugurada a ferrovia ligando Curitiba à Paranaguá.

Posteriormente, no litoral, além dos benefícios proporcionados pela atividade portuária, sua importância foi estendida para o processo de beneficiamento da erva-mate, com número expressivo de moinhos e casas de soque na região.

As modificações ocorridas no processo de beneficiamento da erva-mate foram intensificadas pela introdução de novas técnicas, trazidas principalmente por agentes hispano-americanos, conhecedores do processo paraguaio, que proporcionou o



produto de melhor qualidade na época, e posteriormente provindos da Europa, onde presenciou maior desenvolvimento da divisão do trabalho amparado em novas tecnologias, dando origem, entretanto, as indústrias complementares ao mate.

A atividade ervateira constituiu em fator decisivo para a emancipação política do Paraná, em 1853, sendo a principal atividade econômica no estado até meados da segunda década do século XX, e representando, segundo LINHARES (1969), o imposto sobre exportação do mate, aproximadamente metade do total de sua receita estadual.

A intensificação do comércio ervateiro e da infra-estrutura paranaense viabilizou o aparecimento de novos negócios, bem como da reordenação política e jurídica do estado, fruto de intensas disputas entre os bacharéis<sup>1</sup> dos Campos Gerais e a burguesia ervateira. Porém, questões relacionadas à qualidade da erva, ao processo de produção, e a instabilidade do comércio exterior proporcionaram as grandes flutuações no mercado ervateiro.

Com a modernização e urbanização propiciada pela economia ervateira, Curitiba tornou-se um centro de irradiação cultural, demandada pelas novas personalidades. Nesse processo surgiram instituições tradicionais nos campos da sociabilidade e cultura, que perduram até os dias atuais, caso da Universidade Federal do Paraná, da Associação Comercial do Paraná e do Clube Curitibano. Observou-se uma modificação no desenho urbano da cidade, como também no pensamento e no comportamento do homem urbano já no último quartel do século XIX.

A transformação dos costumes e tradições foi uma exigência deste “processo civilizatório”. As relações sociais entre os indivíduos diversificaram-se, desde as relações de produção, com substituição do trabalho escravo pelo assalariado, mesmo antes da abolição da escravatura em 1888, processo peculiar ao Estado do Paraná.

---

<sup>1</sup> Segundo MAGALHÃES (2001, p. 26) “os bacharéis (eram identificados aqueles que atingiam um grau de instrução mais elevado), na maior parte das vezes filhos ou sobrinhos dos proprietários rurais e comerciantes...”

Quanto à bibliografia sobre o mate, no período de 1850 a 1940, houve uma vasta abordagem no Paraná, sendo tema enquadrado por vários ramos do conhecimento e das artes, geralmente os escritores eram ligados à economia do mate, com algumas exceções, outros autores estavam lotados nas áreas de desenvolvimento.

A obra *História Econômica do Mate* de Temistócles LINHARES (1969) reúne uma extensa bibliografia, citando mais de uma milhar de títulos, a maioria produzida por viajantes, e tornou-se a mais completa obra para consulta em relação aos diversos aspectos da produção do mate desde a colonização sul americana.

Dentre os autores mais recentes vale ressaltar o trabalho de Octávio IANNI (1988) que em “*As metamorfoses do escravo*” faz uma análise demográfica, sociológica e econômica do período com ênfase no papel do escravo. Já Ricardo de OLIVEIRA (2001), em seu livro “*O silêncio dos vencedores*” apresenta uma genealogia da classe dominante paranaense, trazendo a luz a existência de uma burguesia ervateira, o que é complementar ao trabalho de Magnus PEREIRA (1996), “*Semeando iras rumo ao Progresso*”, que evidencia a ação dos homens da época na modificação do ordenamento jurídico, além de uma grande variedade de ações e dados que ilustram o *habitus* das elites desse período e como o que ele acredita ser uma burguesia industrial do mate procurou adequar Curitiba aos padrões cosmopolitas de sua ideologia, buscando a cultura européia e suprimindo formas de cultura popular, como o fandango de Paranaguá, um processo comparável a idéia de processo civilizador de ELIAS (1994), no sentido de que a burguesia do mate criou instituições, polindo seus homens, tanto que dentre os primeiros intelectuais do Paraná “todos possuíam vínculos com a erva-mate” (OLIVEIRA, 2001).

A atuação dessa burguesia se deu no processo civilizatório paranaense e não apenas na esfera econômica, a obra *Ação Empresarial do Barão do Serro Azul; subsídios para o estudo da industrialização do Paraná*, de Odah Guimarães Costa, 1981, traça a biografia de Ildefonso Pereira Correia, enquanto empresário *schumpeteriano*, seu trabalho ilustra a participação deste personagem na vida econômica, política e cultural do estado, que inclui sua participação efetiva no

aumento do acervo da Biblioteca Pública do Paraná, na colaboração da criação do Passeio Público e do Clube Curitibano, instituições civilizadoras que deram outra cara à Curitiba.

## **1 SITUAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL NO SÉCULO XIX**

A formação econômica e urbana do Brasil ocorreu de forma descontínua, motivo pelo qual se faz importante uma compreensão do processo urbano-regional brasileiro ao longo das transformações sócio políticas e do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A descontinuidade se dá tanto no aspecto temporal quanto geográfico. Têm-se como exemplos mais estudados, o açúcar no nordeste, nos séculos XVI e XVII, o algodão no Maranhão, no século XIX, que teve uma grande expansão de caráter provisório devido à Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que impediu o fornecimento de algodão às manufaturas inglesas. O café e sua expansão ao Oeste, séculos XIX e XX, e, a pecuária gaúcha, distinta pela não vinculação exportadora, mas como suporte às economias regionais exportadoras. A erva-mate e a madeira no Paraná nos séculos XIX e XX, a borracha na Amazônia, século XIX.

### **1.1 ECONOMIA E SOCIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

A presença hegemônica da produção escravista-exportadora, em especial açucareira e cafeeira, e de seus representantes na organização imperial, que acabou marcando a feição do país durante o Segundo Reinado, iniciado em 1840, com a maioria de Dom Pedro II. Mesmo com a continuidade política, foi nesse período que emergiram novas forças sociais, em especial as nascidas do surto industrial e do processo de urbanização, na segunda metade do século XIX. O cacau e a borracha, de alto valor comercial no mercado externo ganharam destaque na produção agrícola brasileira e a mão-de-obra escrava foi sendo gradualmente substituída pela assalariada, constituída basicamente por imigrantes. A economia tornava-se mais racional e produtiva, avançando no sentido capitalista. Tais transformações promoveram a definitiva transferência do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste, como atestam o crescimento populacional no novo pólo econômico e as mudanças na estrutura étnico-social da população.

Mesmo sendo minoria, cada vez mais homens livres constavam na contagem total da população, efeito da substituição da mão-de-obra escrava pela livre e a entrada de numerosos imigrantes europeus no país.

Com o declínio da produção aurífera no século XIX, o sistema produtivo se atrofiou. Foram os acontecimentos políticos que adicionaram certo dinamismo a este século. A vinda da família real e a abertura dos portos em 1808, inicialmente apenas à Inglaterra foram fatos importantes na primeira metade deste século, já na segunda metade, além dos acontecimentos políticos internacionais, a abolição da escravatura e a proclamação da república, a urbanização surge em diversas partes do Brasil, impulsionada pelo comportamento da economia, segundo FURTADO (1982 p. 142):

Considerada em conjunto a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX, sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento nessa etapa.

Em seguida, FURTADO (idem, p. 143) divide, para fins de análise do comportamento da renda real, três setores, o setor do açúcar e algodão, o formado pela economia de subsistência do sul do país e o terceiro relativo a economia cafeeira. A erva-mate encontra-se ligada ao segundo (idem: p. 144):

Na região paranaense, por exemplo, a grande expansão da produção de erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa dentro dos planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada. Os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre a agricultura de subsistência e a extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda. Os colonos mais próximos ao litoral se beneficiaram da expansão do mercado urbano, expansão essa que tinha seu impulso primário no desenvolvimento das exportações.

O café que em 1825 teve uma grande expansão rumo ao oeste, começa a ganhar importância no cenário econômico nacional brasileiro, desbancando outros produtos até então importantes como: o açúcar que sofreu a concorrência antilhana, algodão, fumo e couros.

O açúcar que sofreu a concorrência da produção das Antilhas, foi tendo sua participação no mercado europeu reduzida, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos contavam com a produção de Porto Rico e Cuba.

A produção algodoeira, concentrada no Maranhão, complementava a renda de famílias pobres que se dedicavam à agricultura de subsistência, teve seus picos em poucos períodos, especialmente na guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783) e, na Guerra de Secessão (1861-1865), este país era o principal fornecedor do produto à indústria têxtil inglesa.

Já o fumo e o couro, menos significativos à exportação tiveram seus declínios, respectivamente, com o fim do tráfico negreiro no qual era usado como mercadoria-moeda e o segundo com a concorrência dos novos países da Bacia Platina.

Nesse período houve relativa diversificação da economia brasileira, embora não houvesse uma política econômica que visasse o desenvolvimento autônomo. Mas, uma reestruturação da produção num padrão mais moderno que mantinha sua essência eminentemente exportadora e periférica. As primeiras indústrias têxteis, por exemplo, eram destinadas a suprir o mercado interno de tecidos de baixa qualidade.

Outro aspecto importante desta modernização foi o desenvolvimento dos transportes, que visava unir centros produtores aos portos que escoavam a produção, destacando-se, especialmente, o café no Sudeste.

Com a proibição do tráfico de escravos africanos, em 1850, e o “policimento” inglês dessa proibição, houve o estímulo à imigração e ao trabalho “livre”. A falta de mão-de-obra-escrava nas lavouras de café gerou um fluxo de escravos para a região cafeeira, um dos motivos da pouca presença destes nas regiões sulinas, caso do Paraná, que com a atividade sazonal do mate não precisava da mão-de-obra escrava o tempo todo e aproveitou a escassez para fornecer-los à atividade cafeeira em expansão, com altos preços conforme podemos observar na TABELA 1.

TABELA 1 – PREÇO MÉDIO DO ESCRAVO (1843-1887)

Períodos	Preço em mil réis
1843-1847	550\$000
1848-1852	649\$500
1853-1857	1177\$500
1858-1862	1840\$000
1863-1867	1817\$000
1868-1872	1792\$500
1873-1877	2076\$862
1878-1882	1882\$912
1883-1887	926\$795

FONTE: DEAN, 1976

Com a iminência da abolição, a imigração foi a solução encontrada para suprir as necessidades da economia em expansão, na região Sul, teve papel muito importante, No Paraná, experimentou, da mesma forma, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, e é nesse contexto que ocorre o início da imigração, que entusiasmou a burguesia local que contava com novas práticas relacionadas ao trato da terra, e ofícios urbanos como a alfaiataria, carpintaria, ferraria, dentre outros. As colônias de imigrantes foram instaladas ao redor das cidades, visando a subsistência e a troca do excedente visando o abastecimento urbano e as demandas da economia do mate. A legislação do final do século XIX, seguindo o projeto de modernização curitibana define os limites para ocupação, separando o rural do urbano, criando uma espécie de cinturão verde em torno de Curitiba que garantia a oferta de alimentos, reservando à cidade a função de entreposto comercial e centro político e jurídico da província.

## 2 ERVA-MATE: DA ORIGEM ATÉ 1853

A história econômica do mate remonta ao período da colonização européia, mas especificamente quando o General Irala desbravava o Paraguai chegando em Guairá, por volta de 1554. Ao chegar na região, percebeu que os índios de Guairá eram mais fortes que os guaranis e o mais curioso era que eles faziam uso generalizado da bebida feita de folhas fragmentadas, tomada em cuia por meio de um canudo de taquara (LINHARES, 1956). Posteriormente, o canudo de taquara foi substituído pela bomba metálica. Boa parte dos hábitos sociais da erva-mate foram descritos pelos viajantes que por aqui passaram:

“o chimarrão, que é ao mesmo tempo um rito social e um vício privado, tal como se pratica na fazenda... Os primeiros goles provocam uma sensação deliciosa feita do contato meio viscoso da prata esquentada, da água efervescente, rica de uma espuma substancial; amarga e cheirosa ao mesmo tempo, como uma floresta inteira concentrada em algumas gotas.” (LEVI-STRAUSS, 1998)

O mate utilizado no chimarrão, a forma mais tradicional de ingestão da erva, “tem desempenhado papel ativo, favorecendo a cordialidade como elemento já característico de nossa civilização; aqueles traços de generosidade, acessibilidade, intimidade, lidez de trato, hospitalidade, foram sem dúvida fecundados e estimulados por ele” (LINHARES, 2000).

Retornando ao contexto histórico do mate, LINHARES (1969) salienta que os soldados do General Irala foram os primeiros não índios a fazer uso da erva-mate, que foi, aos poucos, difundindo-se nos lares espanhóis, dando início a um conjunto de relações econômicas de maior importância.

Os jesuítas, que inicialmente a combateram, se tornariam os seus melhores difusores, contribuindo para o melhoramento da erva, como também se dedicando na plantação do mate. Neste período, a erva-mate ficou conhecida como “chá dos Jesuítas”, e seu processo de produção ficou restrito a estes homens até meados do século XVIII, quando ocorreu a saída forçada da Companhia de Jesus das terras da América (LINHARES, 1969).



Este capítulo está estruturado em seções, tendo a primeira o objetivo de apresentar como se formou a sociedade paranaense diante desta atividade econômica, anterior à emancipação do estado. Posteriormente serão abordadas questões relativas às transformações no processo de produção da erva-mate, seguido pelas regulamentações vigentes no período, que muito influenciaram na maneira em que a economia ervateira se apresentou frente ao mercado. Para finalizar este capítulo, na última seção, exporei a modificação da infra-estrutura no período, propiciada pela intensificação da atividade ervateira.

## 2.1 A SOCIEDADE PARANAENSE DESDE A CHEGADA DO OUVIDOR PARDINHO E SUAS POSTERIORES TRANSFORMAÇÕES

Embora no século XVIII a erva-mate já fosse conhecida no Paraná, era mantida uma produção apenas para consumo local. Foi com a vinda do Ouvidor Raphael Pires Pardino<sup>2</sup> em 1721, que verificando a existência da erva-mate, planta nativa da região, vislumbrou a possibilidade de melhorar a vida daquela população pobre solicitando ao rei que liberasse aos habitantes o comércio da congonha, madeira, farinha de mandioca, betas, com a Nova Colônia do Sacramento, o pedido foi atendido através da Carta Régia de 29 de Abril de 1722. (LINHARES, 1956)

Esta carta foi uma atitude pensada no sentido de “fortalecer a economia de mercado ampliado, uma vez que as comunidades rurais semi-isoladas, que eram os municípios paranaenses, tendiam a regredir à pura auto-subsistência e a praticar o escambo para a obtenção de alguns produtos europeus.” (BALHANA et alli., 1956)

Em sua passagem pelo Paraná, Ouvidor Pardino percebeu ainda, que a miséria do litoral do Paraná provinha não apenas da preguiça, como da inexistência de

---

<sup>2</sup> Magistrado português, ouvidor e corregedor-geral da Capitania de São Paulo. Esteve em correição nas vilas de Curitiba e Paranaguá, de junho de 1720 a agosto de 1721, deixando-lhes provimentos de alta importância. Ver WESTPHALEN, 1998.

comércio que não fosse das pescarias, farinhas de pau e alguma cordaria de imbé, utilizadas para permutas principalmente com vestuário das embarcações vindas de Santos e do Rio de Janeiro. (VIEIRA DOS SANTOS citado por PEREIRA, 1996, p. 29).

As contribuições do Ouvidor foram ainda maiores, pois, tomou várias providências para viabilizar a construção do porto de Paranaguá, entre elas a concessão de terrenos e as análises necessárias no que se refere às áreas onde deveria ser construído o cais.

O descontentamento da maioria da população local com a agricultura de subsistência e o precário comércio de excedentes evidenciou-se, principalmente, dos restritos mercados urbanos onde a produção agrícola seria negociada, e também por acreditarem que esta alternativa não era a mais interessante para a participação no mercado. (PEREIRA, 1996)

Na visão de PEREIRA (1996), as correições do Ouvidor foram reflexo das preocupações da deficitária coroa portuguesa, que viam no comércio o grande propulsor da integração territorial da colônia e ainda mais, já que da precária economia de subsistência e escambo pouco se arrecadava em tributos.

Com a convocação de jovens para a Companhia de Auxílio do Regimento, em 1768, a população que se dedicava à mineração reduziu-se para menos de 10% do total, e essa atividade tornou-se anti-econômica (IANNI, 1988). A população que já vivia em estado de pobreza, produzindo apenas o necessário para a subsistência ficou com a situação ainda mais agravada como se pode notar na apresentação de LINHARES (1969, p. 77):

Há uma referência no termo de vereança de 14 de maio de 1777, da Câmara de Curitiba, digna da maior atenção, como de resto, ocorre com todo o termo, que tratava do abastecimento ao exército de 6 mil homens mandados de São Paulo para Lajes em ajuda às forças que em Santa Catarina haviam sido atacadas pela esquadra espanhola, já então desembarcada na ilha do Desterro. (...) A requisição oficial de gêneros e gente, além de animais e reses, imposta ao pobre Conselho Municipal de Curitiba, representava esforço quase sobre-humano a ser levado a cabo pelos aflitos municípios curitibanos, a quem ainda se reclamava maior diligência e eficiência.

A expansão da economia do mate coincidiu com um período em que Paranaguá e Curitiba começaram a sofrer o impacto da decadência da mineração: “a

canalização de força de trabalho e capital para a extração, preparo e comércio da congonha, entretanto, é em boa parte o resultado da liberação desses fatores de produção” (IANNI, 1988). O trabalho e os recursos aplicados à mineração de aluvião tinham a necessidade de encontrar outra atividade produtiva com a extinção do ouro, e inicialmente migraram para a agricultura e pecuária.

Considerando-se a decadência da mineração, o aumento da miséria dos habitantes do planalto, e todas as questões elucidadas anteriormente, a extração da erva-mate tornou-se uma boa alternativa para a obtenção de renda:

Para uma população que nem sempre compartilhava do ideário positivo em torno do trabalho, sustentado pelas autoridades e classes dominantes locais, era bastante compreensível a preferência por uma atividade sazonal como a extração do mate. Essas pessoas trabalhavam exaustivamente alguns meses por ano, o suficiente para ter acesso aos produtos da indústria e do artesanato europeus. No restante do ano, elas dedicavam-se, quando muito, a uma agricultura restritíssima e à criação de alguns animais domésticos, sobrando tempo suficiente para a corrida de cavalos, os jogos de carta e bilhar e para os fandangos. Do ponto de vista do estado colonial e dos viajantes estrangeiros, esta era uma vida de ociosidade perniciosa, denunciada a cada momento. (PEREIRA, 1996, p.47)

Dado tais peculiaridades, a população se adaptaria rapidamente à atividade ervateira, e já no final do século XVIII, sua produção vai além da necessária a subsistência, gerando excedentes, e dando início à sua comercialização. (IANNI, 1988)

## 2.2 A ELABORAÇÃO PRIMITIVA DA ERVA

Na década de 1720, a produção era tão rudimentar e o produto de baixa qualidade que muitos pensavam não se tratar da mesma planta encontrada no Paraguai, assim, mesmo com a liberação do comércio, esse foi incipiente, limitando-se a pequenas permutas com os barcos que aportavam em Paranaguá. Dessa data até a década de 1820 houve o que pode ser considerado o “século perdido” do comércio ervateiro: “Se os paranaguenses fossem especuladores comerciais, desde então quantos milhões de riqueza teriam acarretado de Buenos Aires de 1722 a 1822?” (CARNEIRO, 1963).

A inexistência de uma burguesia urbana independente juntamente com as dificuldades de comunicação com as províncias platinas e a concorrência dos jesuítas, detentores desse mercado até meados do século XVIII sendo sucedidos pelos paraguaios, foram algumas das causas responsáveis pela insignificância do comércio ervateiro neste período. (LINHARES, 1969, p.72)

A precariedade do processo de estruturação da erva foi também um atenuante para a restrição deste comércio. A rusticidade dos pilões de soque manuais movido pela mão de obra escrava negra e de índios pode ser visto como uma ilustração deste processo.

“A coleta da erva-mate é o início do processo de trabalho nos ervais naturais” (OLIVEIRA, 2001, p.74). Na primeira etapa é feito o **corte** dos galhos da árvore, deixando certa quantidade de folhas perto dos galhos mais grossos para que ela possa se reproduzir. Depois do corte, os galhos são submetidos, ainda no mesmo dia, ao **sapeco**, ou tostada rápida dos galho, que posteriormente são quebradas e unidas em molhos de erva que são levados à **secagem**. Nesta etapa a erva é submetida ao calor indireto por volta de dez horas, de maneira constante. Sobre esta fase do processo, e a finalização do mesmo, OLIVEIRA (2001) ressalta que:

Para a realização da secagem é preciso uma rústica suspensão de paus e cobertura denominada de carijó. Um aperfeiçoamento dessa estrutura resulta no barbaquá que evita o contato mais direto com a fumaça, através da colocação de canais e ductos para o calor. Terminada a secagem segue-se ao **cancheamento** ou a trituração. Como no sapeco, existe um prazo para que a qualidade do produto não se deteriore. Depois da secagem deve-se canchear ou malhar o produto em até três dias. Para isso utilizam-se porretes que reduzem o produto a quase um pó de folhas e gravetos. Este depois é peneirado para que resíduos a partir de certo tamanho sejam afastados. (p.74)

Deste processo resulta a erva cancheada, porém, de baixa qualidade, mas já apta ao consumo. Posteriormente, com ascensão dos engenhos e casas de soque, a erva cancheada era beneficiada, garantindo o refinamento e uma maior qualidade.

### 2.3 A INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE BENEFICIAMENTO DA ERVA DOS ESPECULADORES ESTRANGEIROS

Foi somente nas décadas iniciais do século XIX, com as dificuldades políticas do Paraguai<sup>3</sup>, que os barcos começaram a vir em busca do nosso produto, agora escasso naquela região. O especulador Francisco Alzararay, argentino que viveu no Paraguai e conhecia as técnicas de produção daquele país, desembarcou em Paranaguá em 1820 e verificou que aquela planta era confirmadamente da mesma espécie daquela utilizada pelos paraguaios, justificando as diferenças pela qualidade do clima e da terra. Aproveitando-se do cenário internacional favorável e da grande possibilidade daquele comércio Alzararay implantou a primeira fábrica de beneficiamento do produto em Paranaguá, utilizando-se das técnicas paraguaias, que propiciaram melhoria na qualidade e quantidade, e dentre as inovações é importante citar o uso de surrões para embalar o mate e facilitar o transporte, viabilizando o comércio ervateiro e podendo concorrer com a erva de outras regiões ( LINHARES, 1969). Neste mesmo ano, Saint Hilaire<sup>4</sup> desembarca na região e faz algumas observações acerca da erva-mate:

Os historiadores do Paraguai falavam muito de mate, mas tampouco se conhecia a planta, antes que eu lá chegasse que o sábio tradutor da viagem de Azara colocava-a entre as plantas gênero psorálea. Em Paris li, na academia de ciências, um trabalho assim expresso: “Planta interessante cresce em abundância nas matas próximas à Curitiba.” É A congonha que fornece a famosa erva do Paraguai. Como à época de minha viagem, as circunstâncias políticas tornavam quase impossíveis as comunicações do Paraguai propriamente dito com Buenos Aires e Montevideú, veio gente em busca do mate à Paranaguá.

---

<sup>3</sup> Em 1813 as exportações paraguaias foram proibidas pelo ditador Dr. Francia e o Brasil tornou-se o único produtor e exportador, transformando a erva-mate numa das maiores riquezas nacionais e tornando Curitiba um grande centro de exportação (Anuário Brasileiro da Erva-Mate, 1999, apud Pasinato).

<sup>4</sup> Primeiro cientista a classificar e publicar uma nomenclatura para a erva-mate, baseado em exemplares coletados na região de Curitiba, durante suas viagens ao sul do Brasil. Ele enviou amostras da planta para o Museu de História Natural de Paris, onde ocorreu uma mistura com outras amostras, havendo troca de etiquetas de identificação e assim, a erva brasileira foi considerada idêntica à do Paraguai e ganhou o nome de *Ilex paraguariensis*, reconhecendo que a diferença entre as ervas dava-se apenas do processo de preparo (Anuário 1999; Costa, 1995; Linhares, 1969, apud Pasinato).

Por volta de 1821 chegam ao Paraná novos especuladores como Manuel Miró, catalão que conhecia o processo de fabricação hispano-americano tornando-se proprietário de um engenho em Morretes, e se entrelaçando aos ervateiros litorâneas para ampliação deste ramo, e Antonio Ricardo dos Santos, descendente de proprietários de minas no Paraná, que instalou outro engenho de soque para aproveitamento do mate no litoral. Com esses engenhos, deu-se a aceitação do mate paranaense no exterior (BALHANA et alli, 1969; OLIVEIRA, 2001)

No entanto, a grande oportunidade do Brasil, principalmente do Paraná, na produção e comercialização da erva-mate neste período, deu-se com o abandono dos ervais jesuíticos e com o comércio paraguaio em profundo colapso. Restava à população local adquirirem as técnicas de preparo elaboradas pelos jesuítas, como também aprimorar as novidades trazidas pelos especuladores estrangeiros à região.

A partir dos anos 1820-1830 novos processos produtivos voltados à mecanização e concentração do trabalho começaram a ser introduzidos:

As influências das técnicas originárias dos países platinos, à expansão comercial com acesso aos mercados platinos e chileno, à expansão dos engenhos no litoral para o planalto, a utilização da energia hidráulica que permite o beneficiamento da erva cancheada nos engenhos, podem ser destacados no aprimoramento do processo produtivo da economia do mate. (HOLLEBEN, 2004, p.71)

LINHARES (1969), que aborda a atividade ervateira de forma pragmática, considera a economia ervateira em três ciclos, sendo o período em questão parte do segundo ciclo, o qual pode ser denominado de ciclo industrial pelo emprego de certa tecnologia que proporcionaram melhorias no acondicionamento do produto.

## 2.4 O ORDENAMENTO JURÍDICO E ECONÔMICO DA QUINTA COMARCA DE SÃO PAULO

Para LINHARES (1969), o sucesso do mate proporcionou um bem comum a pequenos empresários, a pequenos comerciantes intermediários de matéria-prima e aos que participavam diretamente nos trabalhos de beneficiamento e da produção. Mas, a

cobiça pelo lucro imediato, levou muitos a fraudarem e falsificarem o produto, causando prejuízos enormes:

A defraudação de produtos e matérias-primas é um procedimento característico do sistema de *putting-out*<sup>5</sup>. A adulteração era uma das formas encontradas pelo produtor autônomo para melhorar seus ganhos, o que gerava constantes atritos entre estes e os donos do mercado de exportação. Neste caso, o controle da produção representaria uma disputa entre comerciantes e pequenos produtores pela parte dos lucros obtidos nesse comércio, inclusive daqueles advindos da própria adulteração. (PEREIRA, 1996, p.95)

Já no final do século XVIII, segundo PEREIRA (1996), houve a passagem de um sistema de *putting-out* para um sistema com características eminentemente fabril, com a introdução de casas de soque, e, posteriormente, com a introdução da tração hidráulica no processo de beneficiamento da erva.

Em 1829, por determinação do regimento das câmaras municipais do império, os vereadores da quinta comarca de São Paulo abriram o debate quanto à regulamentação<sup>6</sup> da exploração do mate. Este permeou fundamentalmente em torno do combate à adulteração da erva pela mistura de vegetais inferiores. Tal questão desencadeará papel fundamental na industrialização do mate (PEREIRA, 1996 p.22)

Mesmo com o insucesso de tal regulamentação, devido à discordância de grande parte dos vereadores da comarca, que acreditavam na livre concorrência como a melhor forma de resolver essa imperfeição do mercado, propondo um acordo entre os grandes compradores, os quais deveriam diversificar o preço segundo a qualidade do produto recebido, o que se evidenciará até o terceiro quartil do século XIX.

Por volta de 1850, o impacto da economia do mate se evidenciava diante da agricultura de subsistência, “tornando o mercado urbano um espaço de constantes

---

<sup>5</sup> Putting-out system: Sistema de produção anterior à Revolução Industrial e muito difundido na Inglaterra, no qual os tecelões, fiandeiros, carpinteiros e outros artesãos trabalhavam para comerciantes em domicílio, com seus próprios instrumentos de trabalho, mas com matérias-primas e adiantamento para sua subsistência fornecidos pelos comerciantes. Na Alemanha, este sistema era denominado *Verlagsystem*.

<sup>6</sup> Vieira dos Santos teria se encarregado de enviar à câmara de Paranaguá algumas propostas a serem tomadas visando a impedir a prática da adulteração. Ver Santos, Antonio Vieira dos, *Memórias históricas da Vila de Morretes: 1851*. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.

disputas” (PEREIRA, 1996, p. 28). Foi no campo da política e da economia onde as disputas sobre as regulamentações do mercado se acentuavam.

## 2.5 AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES E A EMERGÊNCIA ESTRUTURAL

O processo de independência nos países platinos, principalmente do Paraguai, que dificultou seu comércio da congonha com a Argentina, e também a abertura dos portos em 1808, foram os acontecimentos políticos que mudaram o rumo da erva-mate nas comarcas de Paranaguá e Curitiba no início do século XIX.

A gradativa substituição do trabalho escravo e conseqüente inserção da mão-de-obra assalariada neste período foram também responsáveis pela dinamização da economia interna da comarca. Anteriormente aos trâmites nacionais que culminaria com a abolição da escravidão no Brasil em 1888, David Carneiro e Temístocles Linhares afirmam que na quinta comarca de São Paulo a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre deu-se na década de 1830 propulsionado pela introdução da tração hidráulica no preparo da erva-mate. (PEREIRA, 1996, p.45)

Com o crescente das exportações da erva-mate, as dificuldades quanto a questões de infra-estrutura foram evidenciadas, destacando-se os percalços encontrados com o transporte da matéria-prima para os portos e a comunicação dos povos de serra acima com o litoral, visto que as estradas eram rudimentares e precárias, despertando, contudo, o interesse do governo da época em tomar providências para sua melhoria, já que a atividade ervateira era muito lucrativa para a comarca. (LINHARES apud PASINATO, 2003).

Do total das exportações do porto de Paranaguá, o mate representou 69,81% em 1826, um número significativo dado à precariedade das condições de transporte, fato este responsável pela criação da Alfândega de Paranaguá no ano seguinte, e pelo surgimento, em Curitiba, dos primeiros engenhos de beneficiamento da erva-mate. (BALHANA et. alli, 1969)



Mas, a expressividade da congonha nas exportações da quinta comarca de São Paulo foi ainda maior, dado que as exportações do porto de Antonina, por muitos anos reconhecido como o porto do mate por excelência, não fora contabilizado.

Segundo LINHARES (1969), nos anos entre 1830-1850<sup>7</sup>, a atividade ervateira do estado expandiu-se com a criação de 70 fábricas de socar a congonha, espalhadas na direção de Curitiba, chegando até a Lapa. E percebendo a lucratividade desta atividade para a Comarca, e com os conseqüentes incentivos governamentais, no governo de Zacarias de Góis os soques existentes no Paraná já chegavam a noventa.

Por volta de 1850 ocorreu expressivo aumento dos preços do mate no mercado internacional, e conseqüentemente uma proliferação de engenhos no planalto<sup>8</sup>. Com isso houve um aumento da população local dedicada à economia de mercado, via extração do mate ou como trabalhadores jornaleiros de engenho, desestruturando a agricultura de subsistência.

O quadro seguinte mostra os proprietários de engenhos do mate na terceira década do século XIX:

---

<sup>7</sup> “Na freguesia de Morretes havia 12 fábricas de soque, sendo 11 movidas a água e 1 com animais. Na estrada do Arraial, 13; todas eram movidas a águas. No rio Guarumbi há 2. Do Porto de Cima até as Campinas há 18. Das Campinas até Curitiba, 6. No circuito de Curitiba há 8, e só uma é movida por animais. De Curitiba à freguesia de Campo Largo e Lapa há mais 8. A expansão ervateira faz surgir a localidade de Porto de Cima com 86 prédios urbanos, arruamentos regulares, 8 lojas de negócios, 10 armazéns de molhados e tavernas e 20 fábricas de soque de erva.” (VIEIRA DOS SANTOS apud OLIVEIRA, 2001)

<sup>8</sup> “Também o interior transformou-se com a crescente importância da indústria do mate, pois a intensificação do extrativismo favoreceu a ocupação de áreas basicamente inexploradas. Neste caso situa-se o deslocamento de antigos habitantes de Campo Largo no sentido dos atuais municípios de São João do Triunfo, São Mateus, Rio Claro, Mallet, Rebouças, Irati.” (MACEDO apud TRINDADE, ANDREAZZA, p.39, 2001).

QUADRO 1 - SENHORES DE ENGENHO DE ERVA MATE NA DÉCADA DE 1830

ENGENHOS NO LITORAL	ENGENHOS SERRA ACIMA
Antonio Vieira dos Santos	Antonio Falcão Bastos
Fidélis José Carrão	Baltazar Fernandes
Hipólito José Alves	Duarte Vaz Torres
Ignacio Loyola e Silva	Evaristo Alves de Araújo
Ignacio José da Costa	Fidélis José Carrão
Joaquim Americo Guimarães	Gonçalo Francisco Guimarães
José Ignacio de Loyola	João Batista de Andrade
Manuel Antonio Figueira	João Antonio Ferreira
Manuel Antonio Guimarães	João Antonio Franco
Manuel Lourenço Fontes	João Teixeira de Oliveira Franco
Manuel Gonçalves Marques	Joaquim Elísio Ferreira
Manuel Ribeiro de Macedo	João de Souza Dias Negrão
Modesto Gonçalves Cordeiro	Manuel Antonio Figueira
Vicente Antonio Rodrigues Borba	Manuel Antonio Ratier
	Manuel de Bastos Coimbra
	Manuel Joaquim de Souza
	Manuel José da Cunha Bittencourt
	Manuel Gonçalves de Moraes
	Miguel de Oliveira

FONTE: OLIVEIRA, 2001.

### **3 A PRODUÇÃO, O COMÉRCIO E SEUS REGULAMENTOS NA ECONOMIA ERVATEIRA APÓS A EMANCIPAÇÃO DA COMARCA**

Um dos principais argumentos levantados para ilustrar a capacidade econômica paranaense na luta pela emancipação política da quinta comarca de São Paulo foi a intensificação e os altos lucros da atividade ervateira, instrumento utilizado para impressionar o governo nacional, embora, fosse a intenção dos comerciantes e industriários do mate em buscar uma representação que melhor atendesse seus interesses políticos.

Quanto à situação vivenciada pelo Paraná após a emancipação, PASTRE (2000) afirma:

A Província do Paraná herdou uma situação pouco invejável no tocante às condições financeiras e de infra-estrutura. As poucas estradas apresentavam-se precárias, impedindo o deslocamento e a comunicação das populações. A grande distância que separava as cidades mais importantes, Paranaguá e Curitiba, inviabilizava contato mais estreito com a Capital da Província. (p.5)

Porém, os problemas decorrentes do transporte começaram a ser resolvidos com o início da construção da Estrada da Graciosa em 1855, concluída em 1873, e com a construção da ferrovia entre 1880 e 1885. (BONDARIK et alli, p.6, 2006)

Diante das melhorias estruturais acima mencionadas, este capítulo pretende expor as regulamentações acerca da produção e principalmente do comércio ervateiro após a emancipação do Paraná, bem como as novas técnicas utilizadas no processo produtivo neste período. As flutuações do comércio da erva-mate encerram este capítulo.

### 3.1 DUALISMO ACERCA DAS REGULAMENTAÇÕES DO COMÉRCIO NA ATIVIDADE ERVATEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

Com a emancipação, em 1853, os senhores rurais dos campos gerais apropriaram-se<sup>9</sup> da estrutura estatal de poder da nova província e puseram em vigor uma detalhada regulamentação da economia do mate, contra a qual a “burguesia ervateira”, mesmo que majoritária em alguns municípios nada podia fazer (PEREIRA, 1996, p.27).

A guerra do Paraguai (1865-1870) propiciou a abertura dos mercados platinos à erva do Paraná. Porém, com o término da guerra, e, conseqüentemente o aumento da concorrência, a criação de entrepostos para compra, armazenamento e classificação do mate, fez se necessário para prosseguir neste mercado, agora mais competitivo. (CARNEIRO, 1963)

Em 1875 entrou em vigor uma lei regulamentar que tratava desde cuidados básicos no processo de beneficiamento até penalidades por falsificação incluindo a delimitação de um período para exploração da erva. Os resultados não foram os melhores já que, anos mais tarde, o mate registrou grandes quedas até o término do século XX. E novamente o governo coloca em vigor outra lei: “em janeiro de 1898, através da Lei 270, o governo estadual impõe normas rígidas relativas ao fabrico da erva, faz restrições com a finalidade de controlar o aumento de produção e determina a destruição do produto que fosse encontrado falsificado” (PADIS, 1981, p.57).

Quatro anos mais tarde, outra medida entra em vigor, com o intuito de instituir o monopólio estatal da exportação do mate, tinha como finalidade de estabelecer que “o imposto de exportação para a erva-mate que sair do Estado (...) será o mesmo, quer seja produto beneficiado, quer em rama ou cancheado” (idem, p.59).

---

<sup>9</sup> Para HOLLEBEN (2004), essa apropriação foi fator das posteriores disputas entre os bacharéis - herdeiros dos antigos senhores rurais dos Campos Gerais que articulavam os discursos jurídicos que modelaram as legislações locais - e os burgueses do mate

No final de 1930, um decreto feito pela Argentina “proibindo, até que se escoasse a safra do país, a entrada do produto brasileiro ou paranaense, uma vez que a maior parte da exportação procedia daqui” (LINHARES, 2000). Porém, o autor salienta que meses depois, com a indignação e organização dos ervateiros, conseguiram a revogação deste decreto e substituição por outro, que limitava a entrada do mate estrangeiro no país vizinho a 60 mil toneladas por ano.

Nesta disputa entre os dois países, deu-se a perda da hegemonia paranaense, a qual KRETZEN (1951) explica:

A “emancipação” da Argentina do mate brasileiro constitui-se num processo demorado e cheio de contradições que, pelo menos no começo nada tinha que ver com os interesses “nacionais” argentinos, mas muito com os interesses contrastantes de importadores argentinos do mate brasileiro e de exportadores brasileiros de mate. Os importadores argentinos, então sem interesse para “molinos” próprios, importaram do Brasil de início só mate beneficiado e venderam este produto em misturas e embalagens especiais com suas marcas comerciais. Estas marcas, bem lançadas, ou melhor: aceitos pelo público consumidor, transformaram-se posteriormente em meios que possibilitaram aos importadores tornar-se industriais. Com isso iniciou-se a luta pela aquisição mais barata possível de “erva cancheada, matéria prima não industrializada”, cujo produto os tradicionais exportadores brasileiros- ele sim industriais do mate beneficiado simultaneamente- não queriam fornecer.

A tabela abaixo explicita os últimos momentos desta disputa, pela qual a exportação do mate beneficiado à Argentina passa por acentuado declínio, culminando com a extinção desse intercâmbio:

TABELA 2 - EXPORTAÇÃO DE ERVA CANCHEADA E MATE BENEFICIADO PARA A ARGENTINA , EM TONELADAS

Ano	Erva Cancheada	Mate beneficiado
1928	51381	16657
1938	35444	89
1949	12461	-

FONTE: KRETZEN, 1951.

Anos mais tarde, um sacrifício ainda maior aos estados produtores, especialmente o Paraná, foi imposto através de um decreto com severas exigências à importação do mate, as quais visavam diretamente o produto brasileiro. E desde então,

o nosso mercado externo foi se reduzindo, para chegar à situação atual, em que o mate ocupa o décimo quinto lugar na exportação. (LINHARES, 2000)

### 3.2 AS NOVAS TÉCNICAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO E NO BENEFICIAMENTO DA ERVA-MATE

Embora o início da mecanização do beneficiamento do mate date das três décadas iniciais do século XIX, com a introdução da tração hidráulica atingindo apenas uma ínfima fração das operações do processo, foi nas décadas de 1870 e 1880 que as operações restantes que continuavam sendo feitas de forma artesanal, receberam a mecanização que viabilizaria o aumento da produção da economia do mate.

Inicialmente, os engenhos eram movidos por rodas d'água, atuando como moinhos, fazendo o refinamento da erva vindas dos ervais. Nestes, a mão-de-obra era escrava e também livre e assalariada. Porém, com a mecanização dos engenhos e maior aparato tecnológico, a partir da segunda metade do século XIX, a mão-de-obra cativa foi se reduzindo, pois, em tais engenhos havia uma exigência maior quanto à habilidade e qualificação dos trabalhadores, motivação esta não proporcionada pela escravidão. Essa modificação foi possível devido ao aumento dos imigrantes no Estado, que também contribuíram de forma significativa para a construção e ampliação das estradas e outras infra-estruturas.

As melhorias estruturais ocorridas na região ervateira, proporcionam o que LINHARES citado por HOLLEBEN (2004) denomina de terceira fase da economia do mate, que corresponde ao período entre 1875-1880, em que o deslocamento dos engenhos para o planalto curitibano foi evidenciado. Observou-se a circulação das carroças entre o litoral e o planalto pela estrada da Graciosa, o retorno do beneficiamento para a região de Curitiba, o aprimoramento técnico com a energia a

vapor<sup>10</sup> e a embalagem em barricas de madeira, crescendo com isso o número de trabalhadores e expandindo o parque moageiro na região. Ao mate, também, o Paraná deve o desenvolvimento da Navegação no rio Iguaçu, inaugurado em 1880, por Amazonas de Araújo Marcondes, fundador de Porto Amazonas, ponto inicial da navegação.

Francisco Camargo Pinto, engenheiro que desenvolveu suas habilidades mecânicas na Inglaterra e Alemanha, retornando ao Brasil em 1878, foi responsável por uma grande parte da modernização da indústria ervateira, contribuindo para a transformação de engenhos arcaicos em indústrias de beneficiamento do mate. Como exemplo pode ser mencionado sua responsabilidade na instalação do Engenho Tibagi, do Barão do Serro Azul, considerada, por vezes, como “verdadeira revolução nos equipamentos e no processo de produção”. (BONDARICK et alli, 2006)

Dentre as inovações deste engenho, WACHOWICZ (1983) ressalta: esmagador ondulatorio, separadores por ventilação, torrador mecânico, elevadores e transformadores helicoidais, etc.

Estas novas técnicas de industrialização permitiram à indústria paranaense suplantar as do Rio Grande do Sul e do Paraguai, tornando o mate paranaense preferido nos mercados uruguaio, argentino e chileno. Esta fase pode ser considerada como de excelência do mate paranaense, sendo este a base econômica para o estado, fator de povoamento, progresso e civilização (LINHARES apud PASINATO, 2003).

Ao mesmo tempo em que floresciam as inovações tecnológicas, desenvolvia-se uma diferenciação do trabalho em níveis especializados, inclusive com remunerações diversas. Sobre a proveniência dos trabalhadores, MAGALHÃES (1972, p.41) afirma que “a mão-de-obra assalariada necessária a esse novo modo de

---

<sup>10</sup> Sobre a introdução de engenhos a vapor, o primeiro engenho com estas características foi criado no Litoral por João Pereira Alves em 1858, aumentando em 30% a capacidade diária de produção. Dentre as inovações de Alves estão a instalação de uma caldeira em sua fábrica em Antonina que movia simultaneamente 40 mãos de pilão. Posteriormente, novos melhoramentos mecânicos foram introduzidos por Ildefonso Pereira Correa, através das invenções de Camargo Pinto.

produção saiu tanto do subemprego da agricultura de subsistência semifeudal e semiclânica, quanto da imigração européia, que a partir de então passou a ser estimulada”.

A tabela seguinte mostra o grande crescimento populacional no Paraná e na capital desde a emancipação política do Estado até a segunda década do século XX, período este de primazia da economia ervateira:

TABELA 3 – CRESCIMENTO POPULACIONAL EM CURITIBA E PARANÁ, 1854-1920

ANO	CURITIBA	PARANÁ
1854	6.791	62.248
1872	12.651	126.722
1890	24.553	249.491
1900	50.124	327.136
1910	60.800	572.375
1920	78.986	685.711

FONTE: RIBEIRO APUD MAGALHAES (2001, P.32)

### 3.3 A INTENSIFICAÇÃO DO COMÉRCIO ERVATEIRO E SUA CONSEQUENTE INSTABILIDADE

As limitações estruturais da produção e do comércio são características de praticamente todo este “ciclo” produtivo, desde a falta da qualidade do produto até as dificuldades quanto ao transporte nas décadas que precederam à emancipação do Paraná. Uma combinação de fatores políticos e econômicos, a emancipação política da província e a intensificação do comércio ervateiro, agiram na transformação do espaço com o florescimento desta atividade.

Embora a economia paranaense passasse por um período de reestruturação conjuntural na época da emancipação, “pouco tempo depois ela começava a reagir e as exportações de erva-mate, entre 1852 e 1860, multiplicam-se em valor, a preços correntes, por quase 2,5 vezes. O que equivale a dizer que, considerando-se mesmo certa desvalorização da moeda, o crescimento era bastante considerável” (PADIS, 1981, p.49). Entretanto, por volta de 1866, aumenta o preço do mate no mercado



externo, e o Paraná consegue duplicar suas exportações em 14 mil toneladas em 1870. No entanto, PADIS (p.51) salienta que:

A partir de 1872 e nos três anos seguintes, as exportações de mate paranaense vão crescer em mais de 30 por cento devido à ação congregada de alguns fatores. Com efeito, tendo o governo central valorizado a nossa moeda, em função dos empréstimos feito no exterior para pagar os gastos da Guerra do Paraguai, desestimula os nossos importadores. Estes, por sua vez, vendo diminuídas as suas exportações para a Europa e para os Estados Unidos, em função das crises que se processavam neste país e na França, viam reduzida a sua capacidade de importar. É evidente também que, tendo rearticulado sua economia após o término da guerra, o Paraguai volta a fazer concorrência ao produto paranaense. Embora de significado ainda pequeno, um outro produto começa a ser introduzido nos mercados platinos e oriental, como sucedâneo do mate: o café.

A construção da Estrada de Ferro ligando Paranaguá à Curitiba, em 1885, foi um grande marco de infra-estrutura que teve importância nas atividades subseqüentes do Estado: “Um capricho do desenvolvimento econômico fez com que esta via férrea, construída por causado mate, se tornasse propulsora do estabelecimento e do desenvolvimento duma outra indústria, a da madeira, que no decorrer dos tempos destronou o mate - para ser, ela própria, destronada, em nossos dias, pelo café.” (KRETZEN, 1951, p.97)

Os “industriais” do mate, em 1885, conseguem, via pressão ao governo provincial, elevar em quase 100 por cento o imposto de exportação da erva cancheada. De tal maneira reduz o interesse do comércio da erva-mate ao mesmo tempo em que moderniza sua indústria, generalizando a substituição dos engenhos hidráulicos pelos a vapor, e com isso, concorrer com a erva Argentina. (PADIS, 1981, p.54-55)

Na década de 1890 registra-se nova queda na exportação do mate, não se exportando em 1897 nem a metade do exportado em 1892. Esta “decadência” pode ser explicada por alguns acontecimentos históricos nacionais - abolição da escravatura, proclamação da República – e internacionais – guerra civil uruguaia, um dos nossos principais mercados, e a crise européia. (idem, p.55)

No que diz respeito aos anos que se seguem, PADIS (1981, p.56) argumenta sobre uma reação espetacular do mate exportado nos anos entre 1897 a 1902, aumentando seu volume em 3,2 vezes, contribuindo sozinho para 98 por cento do

valor total das exportações, e, sendo a arrecadação do Estado aumentada em 40 por cento.

Por volta de 1914, PADIS (1981, p.61) afirma que “os efeitos da crise geral são agravados pela campanha desenvolvida nos mercados consumidores contra a pureza dos produtos de manufatura paranaense”.

Em 1920, com o aumento crescente das exportações, uma prosperidade aparente foi traduzida por uma exportação global de 90.686 toneladas. Os preços também se elevaram e nesta fase, até 1930, foi o mate o terceiro produto de exportação do Brasil. (LINHARES, p. 72, 2000)

Porém, na década de 30, a economia ervateira entra em crise, pois, “é preciso lembrar que a economia mundial atravessava sua maior depressão e que o crescimento da produção argentina levou, na segunda metade da década, à acumulação de estoques” (MAGALHÃES, 1972, p.46)

A tabela seguinte mostra o comércio do mate paranaense na década de 1940, com pequenas variações nas quantidades comercializadas. A situação da erva-mate nesta década seria um reflexo nos próximos anos, já que a produção, e conseqüentemente, o comércio, se tornavam ainda mais baixo. A introdução de outros produtos no mercado, em especial o café, começa a passar por um período de prosperidade ainda na década de 1920, tornando-se o principal produto do Estado.

TABELA 4 – COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO DO MATE PARANAENSE

ANO	VENDAS PARANAENSES (EM TON)		
	EXTERIOR	INTERIOR	TOTAL
1941	52010	17554	69564
1942	58466	17203	75669
1943	46765	18515	65280
1944	47633	16256	63889
1945	52099	17051	69150
1946	50104	15234	65338
1947	54534	16766	71300
1948	48696	15882	64578

FONTE: BOLETIM ESTATÍSTICO DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE, 1949.

## 4 O MATE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO FINAL DO SÉCULO XIX

A emancipação provincial do Paraná coincidiu com o desenvolvimento das indústrias brasileira, propiciando condições para o aparecimento de novas personalidades nos mais diversos setores da sociedade paranaense, dando origem às tradicionais famílias do Paraná. HOLLEBEN (2004) salienta, sobretudo, a economia ervateira como fonte de tais mudanças na estrutura social do Estado:

A força dos engenhos moveu a economia e a sociedade paranaense. Desbravou sertões, abriu estradas, atraiu população, criou cidades e vilas...À sombra da erva-mate floresceram escolas, associações, clubes, as artes plásticas, a literatura e a mais antiga universidade do Brasil. Em especial ajudou a delinear a identidade do paranaense.

Considerando o conjunto de instituições que auxiliaram na transfiguração da estrutura da sociedade paranaense durante o “ciclo do mate”, faz-se necessário a identificação das classes que compõem essa sociedade – em outras palavras, um desenho de um “mapa social” que inclua as numerosas complexidades que envolvem a natureza de classe, bem como a ação transformadora exercida pelas elites na estrutura social (GIDDENS; TURNER, 1999).

Dentre a contribuição da atividade ervateira para o Paraná, Dennison de OLIVEIRA (p.26, 2001) salienta a “generalização do trabalho assalariado, para a adoção de novas técnicas produtivas, de caráter marcadamente industrial, no impulso que as atividades de suporte à sua produção deram à urbanização e, finalmente, até mesmo na criação de uma burguesia industrial de origem paranaense.”

Os “burgueses” do mate e de outros setores ligados à economia ervateira participaram ativamente do reordenamento dos espaços urbanos paranaenses, principalmente em função de sua permanência efetiva na cidade. A atuação dessas personagens propiciou a criação das mais diversas práticas culturais que em seu conjunto e processo conferiram um traço singular ao Paraná a partir do século XIX (PEREIRA, 1996).

Este capítulo tratará da formação de uma burguesia industrial ervateira no Paraná, já que esta proporcionou o desenvolvimento de inúmeras indústrias correlatas, bem como da construção da infra-estrutura necessária para esta atividade. Além disso, esta classe propiciou uma mudança no estilo de vida da sociedade paranaense, moderna e urbana, e também foi responsável pela criação de instituições que, ainda nos dias de hoje, são de grande importância para a capital paranaense.

#### 4.1 O APARECIMENTO DE UMA “BURGUESIA INDUSTRIAL ERVATEIRA”

Com a legalização do comércio do mate entre o Paraná e a região platina, em 1722, um pequeno grupo de comerciantes esteve no controle desse mercado, enquanto a produção da erva estava a cargo de um grande número de produtores artesanais autônomos. A universalidade dos conhecimentos técnicos da produção da erva possibilitava o preparo à população, não exigindo, contudo, grande dispêndio de capital.

Estando o comércio nas mãos de poucos e a produção dispersa entre a população, a concentração dos lucros ficava com os primeiros, que no decorrer do tempo, verificando a necessidade do aprimoramento de novas técnicas e do controle das fraudes nesta etapa, foram expandindo sua atuação no processo produtivo com a inserção de casa de soque para a conclusão do beneficiamento do mate, bem como dos aparatos necessários à exportação. .

Ao término do século XVIII, segundo PEREIRA (1996), com a inserção de casas de soque, observou-se a passagem de um sistema de *putting-out* para um sistema fabril, e, entre as décadas de 1820 ou 1830, tal “transformação” pode ser evidenciada com a introdução da tração hidráulica nestas casas. Houve uma organização hierárquica de trabalho de caráter fabril, propiciando um aumento no ritmo de acumulação.

A suposição de que a sócio-economia do mate “teve a possibilidade de desenvolver-se internamente”, segundo IANNI (1988), por não ser dominada por

capitais do exterior, independentemente deste fato, foi construída no árduo processo da formação das novas personalidades da história paranaense do século XIX. A “burguesia industrial do mate”, segundo PEREIRA (1996), tal como veio a se constituir, não pré-existia à sua indústria. Ela formou-se no mesmo processo em que se formaram os produtores rurais de mate e os jornaleiros fabris dessa indústria. Já MAGALHÃES (1972, p.49) menciona que:

É óbvio que essa burguesia industrial não era uma reprodução idêntica das burguesias industriais européia ou norte-americana, nem era idêntica à burguesia industrial que se desenvolvia no Brasil em função do processo de industrialização por substituição de importações. Mas, nem por isso, era menos burguesia industrial. Seu poder decorria da propriedade de bens de capital, as relações de trabalho eram já predominantemente assalariadas desde a época em que o Brasil ainda dominava o escravagismo.

Os elementos que descrevem a construção de uma burguesia são fundamentalmente elementos distintivos que se criam na relação de uma certa classe com as outras e que se apresentam, na maioria das vezes, de maneira cultural, na forma de relações e trocas simbólicas, e no surgimento de um sistema de disposições de julgamento e consagração próprio. (BOURDIEU, 2001).

Porém, LINHARES (1969), que não utiliza a denominação de burguesia para esta atividade econômica, ressalta a formação de uma elite ervateira até 1876, a primeira que o Paraná teve com base em sua riqueza econômica mais importante, a qual fez viscondes e barões, criando a pequena aristocracia titulada de sociedade paranaense.

Coube à burguesia do mate o reordenamento econômico da sociedade paranaense em torno do trabalho livre e do livre mercado. Esta burguesia, de caráter eminentemente livre-cambista, sustentava mesmo em períodos de crise em que o estado, dominado pelos fazendeiros procurava intervir, a liberdade do comércio. (PEREIRA, 1996)

Dentre as personalidades de grande destaque no Estado nas décadas que antecedem o século XX, está Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, ativista das iniciativas de progresso local e importante empresário no cenário industrial

paranaense, auxiliando no processo de industrialização da erva-mate, bem como do pinho (COSTA apud HOLLEBEN, 2004, p.49).

Sobre à ação empresarial e seus desfechos na estrutura social, SCHUMPETER apud COSTA (1981) pressupõe que:

Decerto, a função empreendedora leva a certas categorias sociais o empreendedor bem sucedido e sua família. Também pode deixar a sua marca numa época da História Social, pode criar um estilo de vida, ou sistemas de moral e de valores estéticos em si mesma, contudo, não indica mais uma situação de classe do que pressupões outra. E as categorias sociais que possam ser atingidas não são, como tal, uma posição de empreendedor, mas se caracterizam como de latifundiário ou de capitalista, de acordo com o modo de utilizar os lucros da empresa. (p.108)

Barão do Serro Azul, genuinamente empresário capitalista, merece uma abordagem mais pormenor, pela sua atuação de maior destaque no cenário paranaense neste período. Inicialmente, Ildefonso acumulou certa quantidade de capitais com a comercialização da erva-mate. Em 1872, com a colaboração de David Antônio da Silva Carneiro, entra para o ramo industrial do mate através de seu engenho, em Antonina, produzindo um produto para exportação com o seu próprio nome. (COSTA, 1981)

Alguns anos mais tarde, com a lucratividade deste empreendimento e as melhores condições viárias, Barão transfere sua indústria para Curitiba, na região do Batei, e nomeando-a Tibagi. Esta indústria dispunha de maquinaria moderna, além de utilizar o vapor como força motriz, porém, agora, não apenas para moer a erva, mas em outras funções do aparelhamento mecânico especializado (COSTA, 1981).

Segundo Costa (1981), Ildefonso expandiu seu negócios à outras atividades:

...destacando-se a fundação e organização de uma litografia a vapor, a Imprensa Paranaense constituindo, ainda hoje, uma das mais importantes empresas no seu setor, no Paraná. Colaborou ainda com Boaventura Clapp e Francisco Fasce Fontana na Companhia de Ferro Carril de Curitiba, também conhecida por Empresa Curitibana, inaugurada a 8 de novembro de 1887. Os bondes desta empresa fariam o trajeto das suas linhas principiando as 5:30 da manhã e terminando às 22 horas, com pontos terminais no Batel e Fontana.

Barão do Serro Azul<sup>11</sup> estendeu sua empresas a atividade madeireira, como também fez-se proprietário de outras na atividade ervateira, por exemplo o engenho Iguazu. Além disso, atuou de forma concreta na política do Estado, sendo deputado provincial em diversas legislaturas, Presidente da Câmara Municipal. (COSTA, 1981, p.54), Presidente e Vice da Província do Paraná e alguns outros cargos de extrema importância para o Estado.

No começo do século XX, em 1906, “o censo registra em Curitiba a existência de importantes engenhos dirigidos pelas famílias Miro, Carneiro, Serro Azul, Fontana, Veiga, Xavier de Miranda, Azevedo, França e Almeida, Guimarães e Leão”. (CAROLLO apud PASTRE, 2000).

O quadro seguinte mostra quem era os proprietários de engenhos e onde estes se localizavam no final do século XIX:

QUADRO 2 – PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA MATE EM TORNO DA DÉCADA DE 1880

CURITIBA	CAMPO LARGO	LITORAL	OUTRAS LOCALIDADES ESPECIFICADAS
Antonio Alves de Araújo	Agostinho Ribeiro de Macedo	Antonio Ricardo dos Santos	Em Timbu: Francisco de Almeida Torres
Antonio Rodrigues da Costa	Antonio Carlos Küster	Antonio Polidoro	Em Timbutuva: João de Almeida Torres e Mariano de Almeida Torres
Caetano José Munhoz	Daniel Oliveira Portela	Cipriano José da Costa	No Barigüi: Antonio Ricardo dos Santos e dos herdeiros de Vicente Ferreira da luz
Francisco Borges de Macedo	Domingos A. Cunhas	Francisco José Pereira da Silva	Na Lapa: Loyola e Rebello
Francisco Fasce Fontana	Francisco Custódio Natel	Guilherme Xavier de Miranda	Na Palmeira: Joaquim Alves e Ribas, e João de Araújo França
Francisco Heráclito dos Santos	Francisco Pinto de A. Portugal	João de Souza Dias Negrão Jr	Em Ponta Grossa: José Joaquim Pereira Branco
Guilherme Xavier de Miranda	João Ribeiro de Macedo	José Antonio de Loyolla	Em Guarapuava: Herdeiros de Generoso B. de Coimbra

<sup>11</sup> No setor cultural, dentre outras manifestações, como “contribui, como tesoureiro da comissão encarregada de angariar donativos e livros, para o aumento do acervo da Biblioteca Pública. Em 1886, fez parte da Comissão Central da organização da Pinacoteca Paranaense, da mesma entidade.” (COSTA, 1981, p.54)

Ildefonso Pereira Correia	José de Almeidas Torres	José Antonio dos Santos	
Joaquim Alves de Araujo	Visconde de Nacar e Filhos	Joaquim José Alves	
João Carvalho de Oliveira	Viuva Macedo	José Pinto Rebello	
José Pinto Rebello		José Ribeiro de Macedo	
J. Ventura de Almeida Torres		Manuel Cordeiro Gomes	
Luiz Manoel Agner		Manuel Salustiano Gonçalves Cordeiro	
Matias Taborda Ribas		Ricardo Negrão	
Vitorino Correia		Rufino Gonçalves Cordeiro	
Zacarias de Paula Xavier		Vicente Ferreira de Loyola e Viuva Loyola. Ibidem	

FONTE: OLIVEIRA (2001, P. 89)

#### 4.2 O MATE E AS INDÚSTRIAS COMPLEMENTARES

A indústria ervateira propiciou o aparecimento de um relevante incremento e também crescimento das atividades que lhe serviam de acessórias e davam-lhe o suporte operacional necessário. Serviços para manutenção dos engenhos, embalagem e transporte do mate, exigiam as atividades diversificadas das empresas. Como exemplo tem-se o desenvolvimento da metalurgia, marcenaria, serrarias, gráfica, e outras. (OLIVEIRA, 2001)

Dentre as indústrias complementares destacam-se aquelas fundadas pelos imigrantes europeus, que trouxeram técnicas mais apuradas. Essas empresas estavam ligadas diretamente à indústria do mate, maior demandante de serviços, diretamente e indiretamente.

No ramo metalúrgico destaca-se a Metalúrgica Mueller, fundada por Gottlieb Mueller, ferreiro suíço, que iniciou suas atividades com uma pequena oficina em 1878. A mesma tornar-se-ia um grande indústria metalúrgica que fazia desde pequenos utensílios domésticos e máquinas agrícolas chegando a produzir equipamentos complexos para a indústria do mate, os quais, inclusive chegaram a ser exportados para a Argentina contribuindo para a construção do parque ervateiro daquele país.

Outro importante empresário foi José Hauer, de origem alemã, chegado ao Brasil em 1863, estabelecendo uma selaria em Curitiba. Em seguida tornou-se



comerciante e dedicou-se ao ramo imobiliário, participou do financiamento da empresa de navegação e primeira Usina de Luz Elétrica para Curitiba, além de um estabelecimento para sessões de Cinema. (OLIVEIRA, 2001, p. 131)

Em 1907 Florian Essenfelder, oriundo da Prússia, desembarca em Curitiba iniciando a produção de pianos, aproveitando a sede cultural da burguesia do mate, e posteriormente Paulo Groetzner instala “uma das mais modernas indústrias de então, criada em Curitiba”, produzindo alimentos e até embalagens em sua fábrica Lucinda (OLIVEIRA, 2001, p. 130).

Fernando Hürlimann, imigrante suíço funda em 1895 a Fábrica Paranaense de Fósforos de Segurança, na Capital, arrendada pela Fiat Lux, subsidiária da Companhia Sueca Swedisch Match, tornando-se 1907 a “11ª maior firma manufatureira do Brasil em valor da produção.” Essa companhia utilizava tecnologia nacional e aproveitava a abundância de maneira existente no Paraná, essa companhia é, ainda, a maior fábrica de fósforos do mundo.

A imigração italiana, tanto quanto a *tedesca*, teve importância fundamental no desenvolvimento da indústria paranaense, Guisepe Todeschini, natural de Verona imigrou em 1877 para o Paraná, inicialmente trabalhou construindo casas de madeira, para os colonos, e em 1885, começa a fabricar macarrão, artesanalmente e depois prosperando e ampliando sua fábrica que produzia vários outros produtos alimentares de alta qualidade reconhecidos por prêmios nacionais e internacionais.

Os Malucelli, que ainda no final do século XIX, chegam a Curitiba, tornando-se grandes industriais, destacando-se também no comércio e agricultura tal como a família Trombini, no comércio de papéis, dando origem ao “Grupo Industrial Trombini, que em 1990 seria responsável por cerca de 10% do mercado nacional de embalagens de papelão ondulado e sacos de papel.” (BORGES apud Oliveira, 2001, p. 133)

O quadro abaixo demonstra a quantidade e a variedade de fábricas existentes na capital na virada do século XIX:

TABELA 5 – PRINCIPAIS FÁBRICAS E OFICINAS EXISTENTES EM CURITIBA, 1900

FÁBRICAS E OFICINAS	Abs.	%
Fábricas de barricas para erva-mate	100	22,83
Oficina de seleiros	81	18,49
Olarias	41	9,36
Marcenarias	39	8,9
Fábricas para beneficiar erva-mate	25	5,7
Oficinas de alfaiataria	21	4,79
Serralherias	21	4,79
Carpintarias	19	4,33
Oficinas de funileiros	12	2,73
Moinhos de farinha	10	2,28
Serrarias	10	2,28
Curtumes	10	2,28
Fábrica de café moldo	10	2,28
Oficina de carros	7	1,59
Fábrica de licores e xaropes	6	1,36
Oficinas de consertos de instrumentos	5	1,14
Fábricas de águas gasosas	5	1,14
Outros	16	3,6

FONTE: RIBEIRO APUD MAGALHÃES (2001, P. 130)

#### 4.3 MODERNIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE CURITIBA

A intensificação da atividade ervateira, sobretudo no século XIX, proporcionou ao estado profundas transformações: “assistiu-se à emergência e consolidação de processos de industrialização e urbanização” (PEREIRA, 1996). Este novo ambiente propiciou consideráveis transformações na sociedade, como a modificação dos padrões sociais inexoravelmente ainda mais “europeus”, bem como novas instituições viabilizadoras desse processo, e ainda modificações arquitetônicas na capital. Sobre o aspecto urbanizante desse período PEREIRA apud SANTOS, 2001 afirma que “em relação à economia ervateira, as unidades produtivas encontram-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores. Quando os engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização em seu entorno” (p. 33).

Em Curitiba, as grandes modificações datam-se do último quartil do século XIX, período no qual o enriquecimento e a ascensão social de várias famílias já havia

se consolidado e a cidade já havia incorporado várias modificações por esse enriquecimento.

Cabe salientar ainda que “os estrangeiros foram agentes de transformações. Nas cidades, porém, contribuíram de forma peculiar para a construção de uma nova forma de viver urbano que iria caracterizar o cotidiano dos paranaenses na virada do século” (TRINDADE; ANDREAZZA, p.60, 2001).

Em oposição aos numerosos clubes recreativos criados pelos imigrantes estrangeiros em Curitiba<sup>12</sup>, a elite local, principalmente ligado ao mate, funda o Clube Curitibano, em 1882. O objetivo era fundar um clube que agregasse pessoas de origem nacional para fins recreativo e também cultural. Ildefonso Pereira esteve à frente deste empreendimento recreativo e social como um dos fundadores, e sendo seu primeiro presidente.

Em 1889, “contando com a imigração, com uma indústria bastante adiantada, principalmente a ervateira e a madeireira, e com uma viação-férrea capaz de resolver os principais problemas de transporte entre o planalto e o litoral, necessitava, entretanto, de estrutura econômico-financeira bancária”, torna-se realidade a grande discussão entorno da construção de um banco, o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, com sede em Curitiba, com objetivo de “proteger e desenvolver o crédito individual e geral da província.” (COSTA, 1981, p.66-67). O Barão do Serro Azul esteve, novamente, dentre seus fundadores.

Conforme apresentação de WACHOWICZ (1983), “a mecanização da produção levou a uma transformação referente ao aspecto de trabalho. A escravidão foi substituída pelo trabalho assalariado. A complexidade decorrente da contínua industrialização passou a exigir gradativamente mais um trabalhador alfabetizado”.

---

<sup>12</sup> Entre os clubes alemães da época havia o Thalia, o Deutscher Sägerbund – atual Concórdia, o Teuto Brasileiro – atual Duque de Caxias, o Handwerker – atual Rio Branco, e outros. Havia o clube polonês, a Sociedade de Educação Física Juventus, os italianos, a Sociedade Dante Alighieri e a Sociedade Garibaldi, o ucraniano, a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrânia, o francês, a Sociedade Gauloise, entre outros. (PASTRE,2000)

Assim deu-se o interesse na educação no Paraná, para satisfazer a necessidade das indústrias, em especial a ervateira. Já para MAGALHÃES (1972), o ensino primário vinha atender a necessidade, denominada pelos agentes do Governo, de “abrasileira” os imigrantes estrangeiros.

Dentre os fatores que possibilitaram o início da Escola Nova<sup>13</sup>, no Paraná, em meados da década de 1930, estão a modernização da indústria ervateira e a intensificação do comércio, a pressão dos imigrantes europeus entre outros por escolas e professores, como pré-requisito para melhores posições na organização do trabalho bem como na sociedade, e o entendimento por parte do governo local de que, com a crescente industrialização era preciso uma mudança na estrutura educacional (MIGUEL, VIEIRA, 2005, p. 4). Em 1870, é instituída na capital a Escola Normal para que os indivíduos interessados no ofício da instrução elementar pudessem lecionar. A indústria ervateira proporcionou também a criação da Universidade Federal do Paraná, para suprir a demanda das elites pelos “moldes” educacionais europeus.

A economia ervateira propiciou também o “surgimento de entidades de classe. A organização operária em Curitiba começa no século XIX com a fundação da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate (1896). Os ervateiros fundam em 1887 a Associação Paranaense Propagadora da Erva-Mate que em 1938 passou a Instituto do Mate do Paraná.<sup>14</sup>” (HOLLEBEN, 2004)

Em 1938, em um ambiente caótico como o da superprodução, e diante de um estado de coisas tão aflitivo, este instituto passa a ser denominado Instituto

---

<sup>13</sup> Medidas de organização e sistematização da educação paranaense, as quais, inspiradas pelo ideário modernizante do ensino paulista, dentre outras “medidas destacam-se a reforma do programa do ensino primário, a separação da Escola Normal do Ginásio, a reorganização das escolas primárias em núcleos com maior índice de população, adoção de uniformes pelos alunos, bem como, de livros didáticos pelas escolas” (MIGUEL, VIEIRA, 2005, p. 4)

<sup>14</sup> Instituído com a finalidade de salvar o mate da crise, ou até mesmo de sua extinção. Este colapso foi impulsionado, entre outros fatores, pela grande depressão de 29.

Nacional do Mate. A indústria estava às portas da falência, a erva-mate sem preço certo ao produtor. Dentre as medidas tomadas por esta instituição estavam à regulamentação da exportação via cotas aos exportadores, regulando os sistemas de vendas no mercado externo. Depois desta medida estrutural, bastava olhar para o produtor, que dentre cerca de 20 mil produtores espalhados nos três estados do sul do Brasil, 15 mil se localizam no Paraná. (LINHARES, 2000)

É também nesse contexto de urbanização que os primeiros problemas sociais tornam-se questão de estado, a população é disciplinada, o que antes era resolvido pelas elites locais é gradativamente transferido ao estado, são criadas os corpos policiais, hospitais psiquiátricos, orfanatos e prisões. O movimento operário também se fez presente no Paraná, segundo MAGALHÃES (2001, p. 39) “a primeira greve que adquire relevância na imprensa é a greve dos sapateiros, em 1906.” Essa greve é relatada como a primeira em Curitiba e atraiu trabalhadores de outros ramos, influenciados pelos imigrantes que trouxeram idéias socialistas e anarquistas, o estado reprimiu fortemente as greves e na greve geral de 1917, que não teve o mesmo impacto de São Paulo, a repressão foi com mais força ainda, nesse mesmo ano foi criado Paraná a Delagacia de Ordem Política e Social (DOPS), visando combater os anarquistas e as idéias nazistas, cujo alvo eram os imigrantes alemães.

## CONCLUSÃO

A atividade ervateira no Paraná tornou-se importante instrumento de renda e receita a partir de meados do século XIX, já que anteriormente, esta atividade extrativa era de pouca rentabilidade e não despertou maiores interesses por parte da sociedade.

O período histórico paranaense conhecido entre os economistas por “ciclo do mate” marcou grandes mudanças na estrutura social e econômica do Paraná, num contexto em que a intensificação da atividade econômica e a das trocas comerciais vinham favorecendo o enriquecimento e a ascensão social de novos segmentos da população, o que trouxe a tona várias questões, como as que se referem à estrutura de poder e classes, enfatizando as mudanças no ordenamento jurídico e as novas “visões de mundo” introduzidas pela passagem de uma economia predominantemente voltada para a auto-subsistência e escambo, durante o século XVIII e parte do século XIX, para uma economia comercial exportadora, no final do século XIX e início do século XX, que mobilizou considerável quantidade de recursos propiciando o aparecimento de uma estrutura industrial mais moderna acompanhada de mudanças culturais e ideológicas, sobretudo na região urbana.

Com o início do processo de beneficiamento da erva-mate deu-se o melhoramento na qualidade do produto tão precária antes dos engenhos. As regulamentações acerca da produção e comercialização da erva participaram ativamente nos altos e baixos vivenciados no mercado, bem como os eventos históricos tanto nacionais como internacionais. Porém, as estradas rudimentares inviabilizaram este comércio por longos anos, mas, nas últimas décadas do século XIX, com a construção da Estrada da Graciosa e da ferrovia, esta atividade tornou-se viável.

As relações de trabalho na economia ervateira do Paraná foram de certa forma diversificada, já que trabalhadores livres e escravos - concentrados principalmente nos engenhos - dividiram as tarefas de produção do mate. No primeiro planalto não houve uma relação entre a expansão da atividade ervateira e o

crescimento da população escrava, pois homens e mulheres livres constituíram-se a principal fonte de trabalho dessa atividade. Porém, nos Campos Gerais, Castro, Lapa, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi, houve relação direta entre o crescimento das atividades pastoris e o crescimento do número de escravos (OLIVEIRA, 2001).

A lucratividade deste negócio, com a introdução de novas técnicas, e racionalização da produção em geral com o aparecimento de indústrias e trabalhadores especializados, e, por vezes, o cenário propício à exportação da erva, proporcionou um interesse ainda maior por parte dos empresários em investir nesta atividade. O aparecimento de uma burguesia industrial ervateira, embora por muitos questionada, deu-se através da expansão das indústrias da erva-mate na região do planalto e litoral do Paraná, que, ainda, propiciaram não somente a ampliação destas empresas como também o surgimento de indústrias complementares ao mate, impulsionada, doravante, pela imigração européia.

O destaque do empresariado ervateiro como impulsionador de um estilo de vida e novos padrões de comportamento moral e estético, contribui para justificar a ocorrência da última seção do último capítulo desta monografia, pois, estes homens forneceram os elementos primordiais para a configuração de uma nova ordem social em Curitiba, ou seja, novas relações de produção da vida matéria e social, e inscreveram seus nomes na história paranaense e fato facilmente observável pela nomeação dos principais logradouros da cidade. Como exemplo desse “processo civilizatório” da economia ervateira, várias instituições foram criadas, caso da Universidade Federal do Paraná, da Associação Comercial do Paraná, denominada instituição burguesa por excelência, e de tantas outras, bem como vários centros de lazer, por exemplo o Clube Curitibano e o Passeio Público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALHANA, A.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BONDARIK, R. ; KOVALESKI, J. L. ; PILATTI, L. A. A produção de erva-mate e a iniciação industrial do Paraná. In: ADM 2006 - 19. **Congresso Internacional de Administração**, 2006, Ponta Grossa. Anais do ADM 2006, 2006. p. 1-8.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2001.
- CARNEIRO, D. **Fasmas estruturais da Economia do Paraná**. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1963.
- CARNEIRO, N. **Um Precursor da Justiça Social: David Carneiro e a Economia Paranaense**. Sem edição, 1965.
- COSTA, O. R. G., **Ação Empresarial do Barão do Serro Azul; subsídios para o estudo da industrialização do Paraná**. Curitiba: SCE-PR, 1981.
- COSTA, S.G., da, **A erva-mate**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995.
- DEAN, W., **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1976.
- ELIAS, N., 1994. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- GIDDENS, A., TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- HOLLEBEN, C. M, **Manifestações autoritárias: o integralismo nos campos gerais (1932-1955)**. Florianópolis, 2004. 220 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina.
- IANNI, O. **As Metamorfoses do Escravo**. Curitiba: Hucitec, 1988.
- KRETZEN, J. **As Grandes Potências Econômicas no Estado do Paraná**. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico Ltda., 1951.



LEANDRO, J. A. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná Provincial in: *Revista de história regional*, n. 2, v. 4, inv., 1999 – Ponta Grossa.

LEVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LINHARES, T. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1969.

LINHARES, T. *Paraná Vivo: um retrato sem retoques*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

MAGALHÃES FILHO, F. B. de, *Evolução Histórica da Economia Paranaense* In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.28, jan/fev., 1972 – Curitiba.

MIGUEL, M. E. B., VIEIRA, A. M. D. P. A Escola Nova no Parana: avanços e contradições in: *Revista Diálogo Educacional*, p. 93-100, n. 14, v.5, jan/abr., 2005 – Curitiba.

PADIS, P. C., *Formação de Uma Economia Periférica: O caso do Paraná*. Curitiba:SCE-PR/Hucitec, 1981.

PASINATO, R. *Aspectos etnoentomológicos, socioeconômicos e ecológicos relacionados a cultura da erva mate (*ilex paraguariensis*) no município de Salto do Lontra*. Piracicaba, 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

PASTRE, M. O Lazer na Formação da Sociedade Curitibana e o Clube Curitibano In: *Revista de história regional*, n. 4, v. 2, inv., 2000 – Ponta Grossa.

PEREIRA, M.R. de M., *Semeando Iras Rumo ao Progrosso: Ordenamento Jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

OLIVEIRA, D. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios)

OLIVEIRA, R. C. de, *O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. de, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, C. R. A. dos, *Vida Material e Econômica*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios)

TRINDADE, E. M. C. de, ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios)

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: Edição da APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. **Porto de Paranaguá, um Sedutor**. Curitiba, SEC-PR, 1998.